



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

SÍNTESE DOS ESTUDOS TÉCNICOS

Área de Proteção Ambiental do Paleocanal do Rio Tocantins

Área de Proteção Ambiental do Bico do Papagaio

Monumento Natural do Bico do Papagaio

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

**JULHO
2025**

EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo Setor Sudoeste
Bairro Setor Sudoeste - Brasília - CEP 70670350
Telefone: (61) 2028-9025/ 9436



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

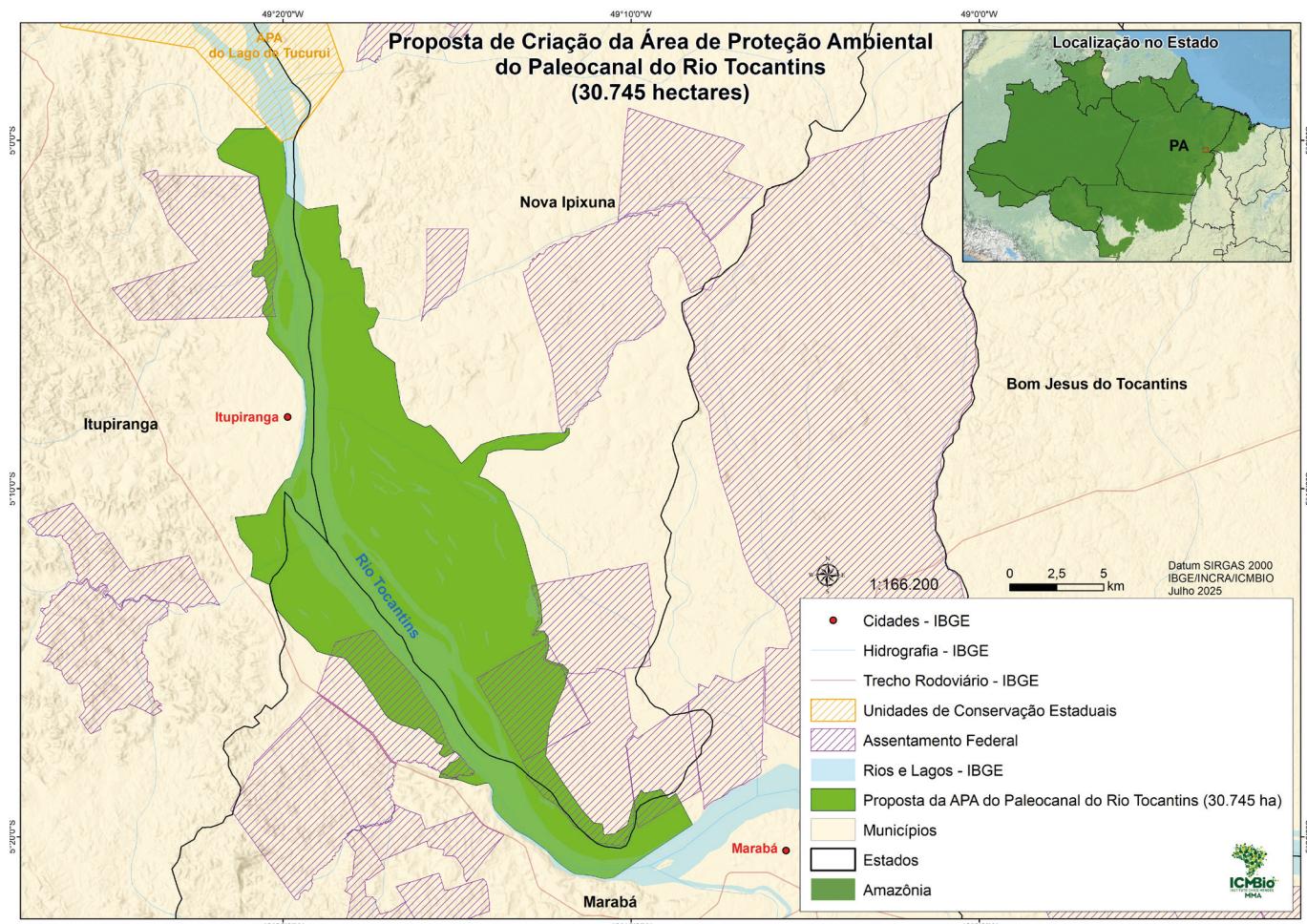
Sumário

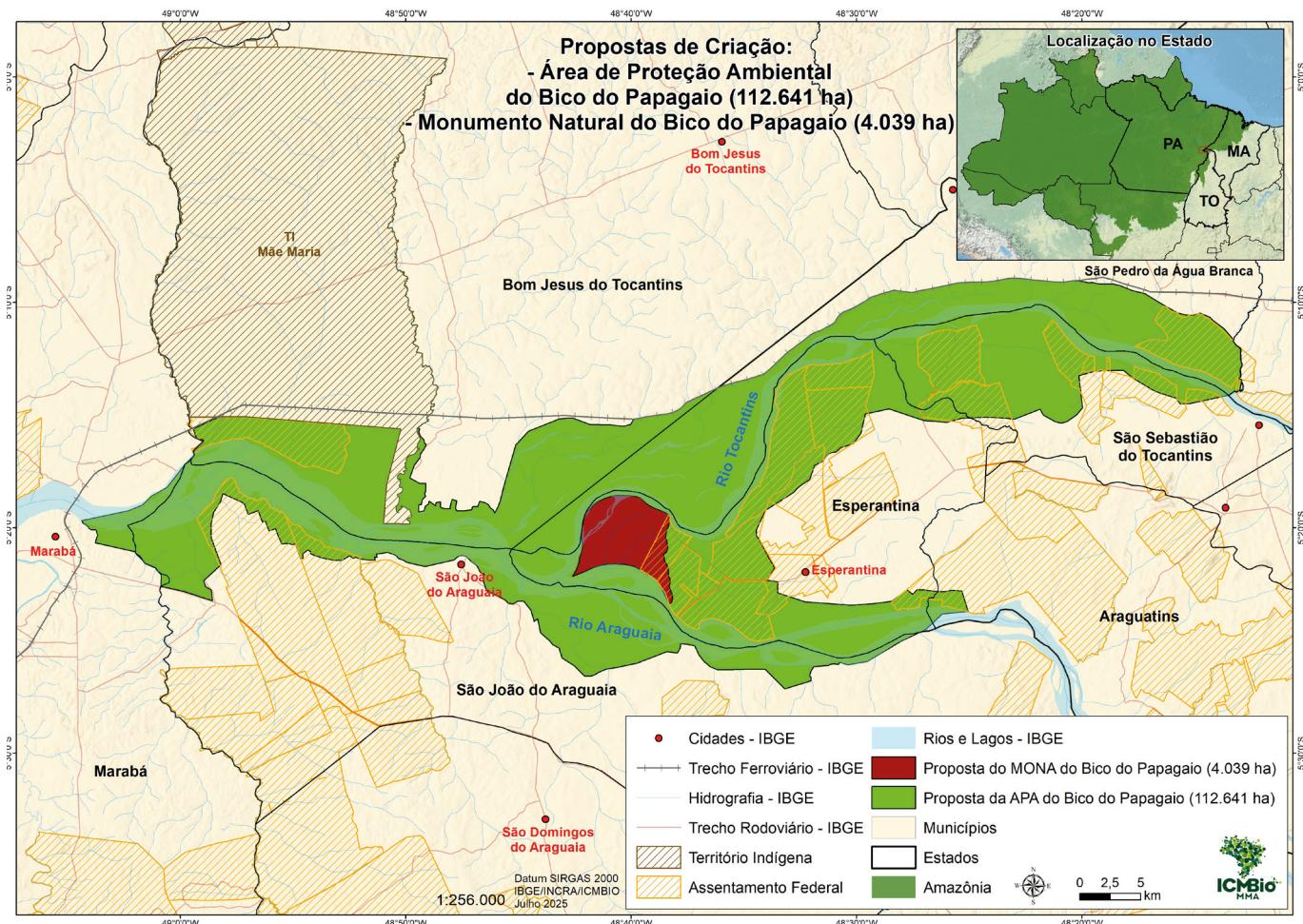
1. INTRODUÇÃO	3
2. HISTÓRICO DA PROPOSTA	4
3. ZONEAMENTO TERRITORIAL	5
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	5
5. BIODIVERSIDADE	7
6. LAGOS	8
7. TURISMO	9
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	11

1. INTRODUÇÃO

A região do Paleocanal do Rio Tocantins e do Bico do Papagaio possui grande riqueza natural e cultural, com forte potencial para o turismo sustentável, envolvendo comunidades locais, paisagens únicas, festas tradicionais e biodiversidade. No entanto, essa mesma região sofre com pressões ambientais intensas, como o avanço do desmatamento e das queimadas, a expansão da mineração e garimpos, os impactos das hidrelétricas e da construção de grandes obras de transporte, como ferrovias e hidrovias. Esses projetos têm provocado perda de habitats, contaminação de rios, deslocamento de comunidades e ameaças à fauna e à pesca, atividade essencial para muitas famílias. Diante desse cenário, a criação de Unidades de Conservação pode ser uma forma de proteger o território, garantir o modo de vida de povos tradicionais e indígenas, e promover um desenvolvimento que respeite os limites ambientais e sociais da região.

Por isso, propõe-se a criação de três áreas protegidas: duas Áreas de Proteção Ambiental (APA) — a APA Paleocanal do Rio Tocantins e a APA Bico do Papagaio — e um Monumento Natural (MONA) no encontro dos rios Araguaia e Tocantins, conhecido como Bico do Papagaio. A intenção é preservar o que resta da vegetação nativa, garantir a sobrevivência das espécies locais e manter os recursos naturais que sustentam as comunidades da região. Essas áreas também têm importância histórica e cultural, sendo ocupadas por povos originários há mais de 10 mil anos. Proteger essa região é essencial para garantir um futuro equilibrado entre a natureza e as pessoas que dela dependem.





2. HISTÓRICO DA PROPOSTA

A região onde se propõe a criação das Unidades de Conservação é conhecida como Paleocanal do Rio Tocantins, situada no encontro dos rios Araguaia e Tocantins, entre os estados do Pará, Tocantins e Maranhão. Desde a década de 1970, essa área vem sendo estudada por sua importância ambiental, com destaque para as centenas de lagos e grande diversidade de ecossistemas. Pesquisadores do Projeto RADAM (Radar da Amazônia) já sugeriam a criação de reservas para proteger a fauna e flora locais. Ao longo dos anos, diversos estudos reforçaram essa necessidade, especialmente diante da forte ocupação humana, como a abertura de rodovias, grandes projetos de mineração e energia, e o aumento dos conflitos fundiários.

Mesmo com tantas ameaças, a região mantém áreas valiosas de vegetação, lagos e rica biodiversidade. A Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM), em parceria com universidades e pesquisadores, tem feito estudos constantes e defende a criação de áreas protegidas há décadas. Em 2023, um relatório técnico feito pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e FCCM foi oficialmente reconhecido pelo ICMBio como base para avançar na criação das Unidades de Conservação. Sendo assim, foi realizado um compilado deste estudo com novos dados de campo, gerando um relatório técnico do ICMBio sobre a proposta de criação, reforçando a importância de proteger a região do Paleocanal do Rio Tocantins e Bico do Papagaio para garantir a preservação da natureza e a qualidade de vida das populações locais.

3. ZONEAMENTO TERRITORIAL

Localizada no leste do Pará, a região do Paleocanal do Rio Tocantins, é considerada extremamente sensível do ponto de vista ambiental. Ela abriga áreas alagadas e numerosos lagos que são essenciais para o ciclo de vida de muitas espécies aquáticas. Também abriga comunidades rurais e assentamentos de agricultura familiar, com potencial para práticas agroecológicas que podem conviver com a conservação da natureza. Além disso, essa região faz divisa com outras áreas protegidas, como a APA do Lago de Tucuruí, formando um corredor ecológico importante para a proteção dos recursos naturais e da biodiversidade. Já as áreas propostas para a APA e o MONA do Bico do Papagaio se estendem pelos estados do Pará, Tocantins e Maranhão, abrangendo zonas prioritárias para serviços ambientais e comunidades tradicionais, como as quebradeiras de coco babaçu e quilombolas.

Essas regiões enfrentam grandes pressões do desmatamento e da ocupação desordenada, especialmente por estarem localizadas no chamado “arco do desmatamento”. No entanto, os estudos e planos dos governos estaduais reconhecem a importância de proteger essas áreas por meio da criação de Unidades de Conservação. Além da proteção ambiental, as propostas incluem incentivos a atividades sustentáveis, como o ecoturismo, a agricultura familiar e o extrativismo comunitário, que podem gerar renda e melhorar a qualidade de vida das populações locais.

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O estudo das comunidades realizado pelo ICMBio buscou entender as condições de vida das comunidades que vivem na região dos rios Araguaia e Tocantins, nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Para isso, foram utilizados dados oficiais e visitas diretas aos moradores. A pesquisa mostrou que a região tem uma longa história de ocupação marcada por conflitos, migrações e grandes mudanças provocadas por projetos de empreendimentos de alto impacto socioambiental. Apesar dos desafios, muitas comunidades ainda mantêm seus modos de vida tradicionais, como a pesca, o extrativismo e a agricultura familiar. Esses povos valorizam a natureza e enxergam na preservação ambiental uma forma de garantir sua própria sobrevivência.

O relatório do ICMBio apontou que a maioria dos moradores entrevistados vivem há décadas na região e se reconhecem como agricultores, pescadores ou integrantes de comunidades tradicionais como ribeirinhos, vazanteiros, quilombolas e quebradeiras de coco babaçu. Embora muitas famílias ainda produzam seus próprios alimentos, há dificuldades em acessar serviços básicos, como saúde, saneamento e educação. Em muitos lugares, não há postos de saúde, o acesso à água potável é limitado e o esgoto ainda é despejado diretamente nos rios. A falta de infraestrutura, como estradas e energia elétrica de qualidade, também foi apontada como um problema recorrente.

Apesar dos desafios, os moradores demonstraram grande apego ao território e reconheceram a importância de preservar o meio ambiente, especialmente os rios e florestas, que são a base de sua cultura e subsistência. Eles relataram problemas como a pesca predatória, o desmatamento e o uso de agrotóxicos, mas também mostraram disposição para dialogar e

participar da criação de unidades de conservação. A pesquisa reforça que qualquer proposta de conservação precisa ouvir quem vive na região e respeitar seus modos de vida, para que o desenvolvimento sustentável possa ser realmente alcançado.



Figura 1: Produtos do Babaçu - Foto: NGI Carajás



Figura 2: Comunidade Quilombola - Foto: NGI Carajás



Figura 3: Pescados Obtidos na Região - Foto: NGI Carajás



Figura 4: Pescador Tradicional - Foto: NGI Carajás

5. BIODIVERSIDADE

A região do Paleocanal do Rio Tocantins e do Bico do Papagaio, localizada entre os biomas Amazônia e Cerrado, abriga uma grande diversidade de plantas e animais, incluindo espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção. No entanto, essa rica biodiversidade está sob forte ameaça regionalmente. O levantamento feito para a proposta de criação de unidades de conservação identificou mais de 600 espécies de plantas, 39 de mamíferos terrestres e 14 morcegos, 219 aves, 33 anfíbios, 79 répteis e 428 peixes. Entre as espécies ameaçadas podemos citar a onça-pintada, o boto-do-Araguaia, o mutum-pinima e a castanheira. A maioria dessas espécies depende de áreas preservadas para sobreviver, e muitas já vêm sofrendo com a perda de habitat e fragmentação de seus ambientes naturais.

Diante desse cenário, a criação de novas unidades de conservação é vista como uma medida essencial para conter o avanço da destruição ambiental. Essas áreas protegidas ajudam a preservar os ecossistemas, fortalecem a fiscalização contra atividades ilegais e promovem o uso sustentável dos recursos naturais. Além disso, possibilitam a recuperação de áreas degradadas e a continuidade de espécies fundamentais tanto para o equilíbrio ecológico quanto para a cultura e a economia das populações locais, como é o caso da pesca de subsistência na Bacia Tocantins-Araguaia. A implementação dessas unidades representa uma chance real de proteger a natureza, garantir o sustento das comunidades e manter viva a biodiversidade da região.



Figura 5: Castanheira (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) – Autor: Mayk Oliveira



Figura 6: *Inia araguaiaensis* (BOTO DO ARAGUAIA). Autor: Everson Tavares



Figura 7: Individuo de *Crax fasciolata pinima* (MUTUM-PINIMA) - Autor: Emanuel Barreto.

6. LAGOS

A região do Paleocanal do Rio Tocantins e do Bico do Papagaio é marcada por uma grande quantidade de lagos naturais, que se formam em áreas de planície frequentemente alagadas pelos rios Tocantins e Araguaia. Ao todo, foram identificados 618 lagos para área das UCs propostas, sendo a maioria com menos de 10 hectares de área, e classificados como permanentes ou temporários, de acordo com o volume de água ao longo do ano. Esses lagos são importantes não apenas pela beleza cênica, mas também pelo papel que desempenham na biodiversidade e no equilíbrio hídrico da região. No entanto, muitos deles estão sendo afetados por problemas ambientais como desmatamento das margens, erosão, descarte de lixo, extração de argila e crescimento descontrolado de vegetação aquática, indicando sinais de degradação. A maioria dos lagos está em áreas baixas e sofre influência direta das cheias sazonais dos rios, o que reforça seu caráter de lagos de várzea. Para proteger esses ambientes frágeis e essenciais, é urgente implementar medidas de conservação e fiscalização, garantindo que os lagos continuem cumprindo seu papel ecológico e contribuindo com a qualidade de vida das populações locais.



Figura 8: Lago Fundo na área do Bico do Papagaio em São Pedro da Água Branca (MA). Foto: NGI Carajás.



Figura 9: Lago do Carrapato na área do Paleocanal (Marabá-PA). Foto: NGI Carajás.

7. TURISMO

A região do Paleocanal do Rio Tocantins e Bico do Papagaio tem um enorme potencial turístico por suas belezas naturais, rica biodiversidade e cultura vibrante. Cidades como Marabá, Itupiranga, Bom Jesus do Tocantins e outras oferecem praias de rio, lagos, trilhas, parques, festas religiosas e tradicionais, como a Festa do Divino e a Folia de Reis. Além disso, comunidades indígenas e ribeirinhas mantêm vivas práticas culturais que podem ser integradas ao turismo de base comunitária, com atividades como pesca esportiva, culinária típica, passeios de barco e hospedagem familiar. A criação de Unidades de Conservação na região pode ajudar a proteger o meio ambiente, ao mesmo tempo que incentiva o desenvolvimento sustentável com geração de renda para a população local.



Figura 10 – Praia dos Lençóis em Bom Jesus do Tocantins (PA). Foto: FCCM.



Figura 11 – Praia dos Lençóis em Bom Jesus do Tocantins (PA). Foto: FCCM.



Figura 12 - Praia no encontro dos Rios associada à Ilha dos Bois, que fica em frente ao Bico do Papagaio. Foto: NGI Carajás.



Figura 13 – Praias e ilhas com lago no Rio Araguaia, Polígono do Bico do Papagaio. Foto: NGI Carajás.



Figura 14 - Bico do Papagaio, mostrando o encontro dos rios Tocantins e Araguaia. Foto FCCM.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação das áreas de conservação na região entre o Cerrado e a Amazônia é essencial para proteger espécies de plantas e animais ameaçadas, conservar rios e lagos importantes e valorizar o modo de vida de comunidades tradicionais que vivem da pesca e da natureza. Além de preservar a rica diversidade cultural e natural da região, essas áreas ajudarão a organizar o uso da terra e garantir que os recursos naturais sejam usados de forma equilibrada e responsável, promovendo o desenvolvimento sustentável regional. Juntas, essas novas unidades de conservação vão se conectar a outras áreas protegidas e Terras Indígenas, formando um grande corredor verde que ajuda a frear o desmatamento e a proteger o meio ambiente para as futuras gerações.